

ATA DE REUNIÃO

Conselho Estadual das Cidades - 5ª reunião Ordinária de 2012

Data: 14/11/2012

Hora: 9:00h

Local: Auditório – Palácio da Fonte Grande, 1º andar.

Pauta:

1. Aprovação da resolução recomendada quanto aos Conselhos Municipais da Cidade;
2. Apresentação do senhor Adauto Beato Venerano – proposta da Comissão Temática de Planejamento;
3. Resumo dos trabalhos das Comissões Temáticas de mobilidade urbana, Saneamento e Habitação;
4. Discutir a organização da Conferência Estadual das Cidades;
5. Assuntos Gerais.

Discussões

1. Após verificação do quorum, houve a aprovação da Ata.
2. O conselheiro Dauri solicitou a inversão da pauta, de forma que a discussão sobre a Conferência Estadual ocorresse antes da apresentação do Sr. Adauto;
3. A conselheira Ruth esclareceu que o Senhor Adauto possuía limite de disponibilidade de horário, motivo pelo qual a apresentação deveria ser mantida em primeiro ponto, e citou que a apresentação havia sido enviada por email com antecedência para todos.
4. O conselheiro Calhau acatou a proposta e colocou a decisão para o conselheiro Dauri.
5. O conselheiro Dauri concordou, esclarecendo que, portanto, a discussão sobre a Conferência deveria vir em segundo lugar.
6. O Senhor Adauto iniciou a apresentação com o tema Gestão Pública: uma amostra de realidade dos municípios capixabas.

Explanou que o trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que teve o como objetivo analisar os processos que perpassam a gestão e qualificação pública municipal, nas áreas de Gestão de Pessoas, Gestão Financeira, Gestão de Capital e Infraestrutura e Gestão da Tecnologia da

Informação.

Em seguida, iniciou a apresentação do diagnóstico em cada uma das áreas mencionadas, destacando algumas conclusões:

- quanto ao orçamento municipal, é necessário ampliar a capacidade de arrecadação, ampliar a participação da população e melhorar os instrumentos de formulação da peça orçamentária com a utilização de indicadores socioeconômicos;
 - no tocante à gestão de recursos humanos, observou-se a necessidade de ampliar a capacitação dos servidores, bem como aumentar o quadro efetivo.
 - No campo da gestão da tecnologia, faz-se necessário um programa de desenvolvimento de sistemas de informação especialmente para atender a área de pessoal. Isto contribuiria para fortalecimento institucional dos municípios compatibilizando e padronizando estas informações.
7. Calhau agradeceu e apontou a importância de ampliação da receita dos municípios frente à perda do Fundap e dos Royalties.
 8. O conselheiro Nicchio esclareceu que existem dois grandes programas federais geridos pela CAIXA que repassam recursos para a modernização da gestão pública (fiscal e administrativa) PMAT/ PNAFM. Entretanto não há busca pelas prefeituras.
 9. Aduato mencionou que um dos entraves municipais podem ser a dificuldade de comprovação de documentação e seu endividamento.
 10. Nicchio esclareceu que para acessar esses programas não é necessário comprovar endividamento.
 11. Constantino esclareceu que os municípios criaram uma dependência dos repasses federais e estaduais como os mencionados por Calhau. Não há interesse político de aumentar a arrecadação uma vez que isso conflita com o interesse político eleitoral.
 12. Dauri comentou a importância dos municípios estarem preparados e apontou que na questão orçamentária o cidadão está acostumado com a anistia do IPTU, o que dificulta o debate. Citou o exemplo de Cariacica onde já se tentou levantar o debate sobre a necessidade de atualização da planta genérica, mas encontrou dificuldade. Pontuou que espera que a AMUNES levante essa discussão com os novos gestores.
 13. O conselheiro Elias explanou que entende não haver conciliação entre os interesses do conselho e do governo. Apontou outro grande problema como sendo a falha da Câmara de vereadores em exercer seu devido papel.

- Apontou ainda a falta de integração entre município e Estado.
14. Maria Clara disse que a participação da sociedade na gestão mudou o rumo das políticas públicas. Comentou que o ConCidades é o termômetro das Políticas do Estado.
 15. Wellington falou que o ConCidades poderia recomendar à AMUNES para que o Aduino faça uma apresentação do trabalho aos novos prefeitos.
 16. Calhau agradeceu ao Aduino e passou ao segundo ponto da pauta: Conferência das Cidades.
 17. Dauri passou à leitura das orientações do Conselho Nacional para a realização das conferências Estaduais e atentou sobre os prazos estabelecidos para convocação da Conferência Estadual das Cidades e para elaboração do regimento da Conferência.
 18. Edilza entendeu que a data para realização da conferência deveria ser acordada naquele momento.
 19. Calhau sugeriu que a Conferência Estadual das Cidades fosse marcada para 20 dias antes do prazo final, pra que caso houvesse algum imprevisto que ainda haveria tempo hábil para ser remarcada dentro do prazo estipulado.
 20. O conselheiro Constantino Daldato sugeriu que fosse utilizado para a realização da Conferência o espaço físico que é estruturado para a Feira do Verde, localizada na Praça do Papa e que ocorre nessa mesma data. Para isso deveria ser feita uma parceria com a prefeitura de Vitória.
 21. Calhau sugeriu consultar a Secretaria de Meio Ambiente de Vitória-SEMMAM para verificar essa possibilidade.
 22. Dauri citou que no caso proposto é provável que a Feira do Verde de 2013 ocorra uma semana antes do prazo final da Conferência (17 a 21/22 de setembro). Expôs que não enxerga problema nessa junção. Entretanto, colocou a necessidade de garantia da acessibilidade de pessoas com deficiência, e lembrou a situação que ocorreu na última Conferência onde o local onde ocorreu o evento não era adequado ao acesso de pessoas com deficiência.
 23. Calhau propôs enviar ofício à Secretaria de Meio Ambiente de Vitória.
 24. Constantino sugeriu que houvesse uma conversa com a Secretaria antes que fosse mandado o ofício.
 25. Dauri questionou a duração da Conferência.
 26. Ana Márcia sugeriu que a duração da Conferência fosse convocada para, a princípio, dois dias e que posteriormente se debata a pauta e seja verificada a necessidade de alteração desse período.
 27. Juscelino salientou a importância do Conselho Estadual em motivar os

- municípios para realizações das Conferências Municipais e ainda para conselheiros municipais participarem da Conferência estadual das cidades.
28. Calhau perguntou quem se habilitaria a participar da Comissão Preparatória do Conselho das Cidades.
29. Constantino indicou o arquiteto Leonardo Magrini como representante do FINDES.
30. Após algumas manifestações, decidiu-se que Comissão preparatória terá como integrantes os seguintes membros:
- Ana Márcia Erler – AMUNES
Dauri Correi da Silva – FAMOPES
Eduardo Calhau – SEDURB
Elias Ferreira Nunes - MNLM
Juscelino Brzesky dos Santos - CUT
Leonardo Magrini - FINDES
Maria Clara da Silva Pereira - MNLM
Mário Cesar do Nascimento Moreira – FAMOPES
31. Constantino sugeriu que fosse discutida a elaboração de Planos Municipais de Riscos de enchentes e deslizamentos criando Zonas de Riscos Ambientais – ZRAs, principalmente envolvendo as áreas de rios. A ocupação desse zoneamento seria controlada pelo município. Sugeriu que houvesse a transformação dessas Zonas de Riscos em áreas de utilidade pública, evitando a sua ocupação. Sugeriu que fosse discutida nas Câmaras uma política voltada para todos os municípios.
32. Ana Márcia opinou que as palestras fossem realizadas em outras reuniões que não as reuniões ordinárias do Conselho das Cidades uma vez que, devido à falta de tempo, acabou dificultando a discussão sobre os quatro temas abordados pelo Conselho.
33. Ruth observou que a postura de alguns conselheiros deve mudar em relação à frequência nas reuniões das Comissões Temáticas, pois a agenda é feita com bastante antecedência e verifica-se que muitos conselheiros não têm estado presentes nas reuniões.
34. Dando seguimento aos assuntos da pauta, foi colocada para aprovação a resolução recomendada sobre a criação dos Conselhos Municipais das Cidades.
35. Havendo divergência apenas sobre o inciso I do artigo 1º que recomenda que a estrutura dos Conselhos Municipais possua proporcionalidade de 60% para representantes da sociedade civil organizada e 40% para

representantes do Poder Público, Calhau colocou em votação a alteração do mesmo.

Foi feita a verificação de quorum. Havia 11 presentes e 8 pessoas votaram pela manutenção do inciso sem alteração.

Calhau propôs que fosse realizada uma reunião com a Comissão Preparatória na semana seguinte para adequar o regimento da Conferência Estadual das Cidades.

36. Ruth propôs que as reuniões fossem online. Propôs a vinculação de recursos para implementação dos Planos Diretores. Citou que é um momento de aprofundamento da discussão com foco na capacitação de servidores municipais e estaduais.

Frisou a necessidade da capacitação de Conselheiros. A princípio a ESESP não pode ser essa instituição porque não pode capacitar as pessoas que não estejam vinculadas diretamente ao Poder Público.

37. Edilza salientou a necessidade de reunião do Conselho das Cidades com os novos prefeitos e com os prefeitos reeleitos.

38. Ana Márcia propôs que sejam estabelecidas metas para as comissões temáticas e prazos para realização dessas metas.

39. Calhau propôs que fosse marcada uma reunião dos coordenadores das Comissões Temáticas na SEDURB para estabelecimento das metas a serem cumpridas pelas comissões.

40. Constantino expôs que após definidas as metas a serem cumpridas pelas comissões, há a necessidade de realizar reuniões com os prefeitos.

41. Wellington reiterou a importância da palestra do Adauto nessa reunião com os prefeitos.

Encaminhamentos

1) Caberá à Secretaria Geral:

- a. Enviar o Regimento da Conferência anterior aos membros da Comissão Preparatória para conhecimento;
- b. Entrar em contato com a Secretaria de Meio Ambiente de Vitória para verificar a possibilidade de ser aproveitado o espaço estruturado para Feira Verde para a próxima Conferência Estadual das Cidades;
- c. Agendar uma reunião com os coordenadores das Comissões Temáticas na SEDURB para definição das metas a serem atingidas;
- d. Articular com a AMUNES a realização de uma reunião com os novos

prefeitos para janeiro/2013;

- e. Enviar o Regimento elaborado pela Comissão Preparatória para todos os membros do Conselho para aprovação na reunião ordinária que ocorrerá no dia 05 de dezembro.

2) Caberá à Comissão Preparatória:

- a. Elaborar o Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades.
b. Organizar o evento da Conferência Estadual.

Membros Presentes

Eduardo Calhau

Membro suplente

*Secretaria de Estado de Saneamento,
Habitação e Desenvolvimento Urbano -
SEDURB*

Maria Ruth Paste

Membro titular

*Secretaria de Estado de Transportes e Obras
Públicas - SETOP*

Dauri Correia da Silva

Membro titular

*Federação das Associações dos Moradores e
Movimentos Populares - FAMOPES*

Latussa Laranja Monteiro

Membro suplente

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Helena Zorzal Nodari

Membro titular

*Instituto de Desenvolvimento Urbano e
Habitação do Estado do Espírito Santo -
IDURB*

Wellington Fornaciari

Membro titular

*Associação dos Municípios do Estado do
Espírito Santo - AMUNES*

Edilza Maria da Silva Felipini

Membro titular

União Nacional por Moradia Popular - UNMP

Ademir Antônio Freitas

Membro titular

União Nacional por Moradia Popular - UNMP

Ana Márcia Erler

Membro titular
*Associação dos Municípios do Estado do
Espírito Santo - AMUNES*

Antônio Carlos Nicchio

Membro titular
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Sebastião Constantino Dadalto

Membro titular
*Federação das Indústrias do Estado do
Espírito Santo - FINDES*

Elias Ferreira Nunes

Membro titular
*Movimento Nacional de Luta pela Moradia -
MNLN*

Mario Cesar do Nascimento Moreira

Membro Titular
*Federação das Associações dos Moradores e
Movimentos Populares - FAMOPES*

Jucelino Brzesky dos Santos

Membro Titular
Central Única dos Trabalhadores - CUT

Aglaé Matos Waehneltd

Membro Titular
Associação Brava Gente.org.br

Gustavo Matos Waehneltd

Membro Suplente
Associação Brava Gente.org.br

Maria Clara da Silva Pereira

Membro titular
*Movimento Nacional de Luta pela Moradia -
MNLN*